

# **Decreto nº 17/2008**

APROVA O REGIMENTO INTERNO DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS DE INFRAÇÕES - JARI, COM AS MODIFICAÇÕES ESTABELECIDAS PELA RESOLUÇÃO N°. 233 DE 30/03/2007 DO CONSELHO NACIONAL DE TRANSITO - COTRAN, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Sr. Evandro Antonio Bazzo. Prefeito do Município de Jardim. Estado de Mato Grosso do Sul, usando das atribuições que lhe são conferidas por Leis, em especial o que dispõe o artigo 76 da Lei Orgânica do Município. DECRETA:

Publicada em 10 de março de 2008

#### Art. 1°.

Fica aprovado o Regimento Interno da JARI (Junta Administrativa de Recursos de Infrações), com as modificações estabelecidas pela Resolução n°. 233/2007 do COTRAN (Conselho Estadual de Trânsito de Mato Grosso do Sul).

## Art. 2°.

Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

# REGIMENTO INTERNO DA JUNTA ADMINISTRATIVA DE RECURSOS E INFRAÇÕES DE JARDIM - MS Capítulo I -

# DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

## Art. 1°. -

A Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI do Município de Jardim - MS, funcionará junto ao Núcleo Municipal de Trânsito, cabendo-lhe julgar recursos das penalidades impostas por inobservância de preceitos do Código de Trânsito Brasileiro - CTB, e demais normas legais atinentes ao trânsito.

## Capítulo II -

# DA COMPETÊNCIA E ATRIBUIÇÕES

Art. 2°. - Compete a JARI:

1 -

Analisar e julgar os recursos interpostos pelos infratores;

II -

Solicitar ao Núcleo Municipal de Trânsito, quando necessário, informações complementares relativas aos recursos, visando uma análise mais completa da situação recorrida;

#### III -

Encaminhar ao Núcleo Municipal de Trânsito, informações sobre problemas observados nas autuações e apontados em recursos, e que se repitam sistematicamente.

# Capítulo III -

# DA COMPOSIÇÃO DA JARI

#### Art. 3°. -

A JARI será composta, por um presidente e dois membros, facultada a suplência, sendo:

I -

Um integrante com conhecimento na área de trânsito com, no mínimo, nível médio de escolaridade;

II -

Representante servidor do órgão ou entidade que impôs a penalidade;

III -

Representante de entidade representativa da sociedade ligada á área de trânsito.

#### Art. 4°. -

O mandato dos membros da JARI terá duração de 2 anos, permitida a recondução, a escolha do Presidente deverá recair sobre pessoas portadoras de curso de nível superior:

1 -

o representante dos Condutores de veículos automotores e seu suplente serão indicados pela entidade representativa da categoria, se houver, sendo que o membro efetivo e ou suplente não poderão pertencer a mesma categoria profissional.

II -

perderá o mandato o membro que faltar sem justificativa a 03 (três) reuniões ordinárias consecutivas ou a 07 (sete) interpoladas por ano, fato que será comunicado ao Núcleo para as providências necessárias.

## Art. 5°. -

A Junta Administrativa de Recursos de Infrações - JARI compõe-se de:

- I Plenário:
- II Presidente;
- III -

Secretaria Executiva

## Art. 6°. -

Não poderão fazer parte da JARI:

I -

os condenados criminalmente por sentença transitada em julgado;

#### II -

membros e assessores do CETRAN - Conselho Estadual de Trânsito;

#### ш.

pessoas cujos serviços, atividades ou funções profissionais estejam relacionados com Auto Escolas e Despachantes;

#### IV -

agente de autoridade de trânsito, enquanto no exercício dessa atividade;

## **V** -

pessoas que tenham tido suspendido seu direito de dirigir ou a cassação de documento de habilitação, previstos no CTB;

#### VI -

o Gerente do Núcleo Municipal de Trânsito.

## Capítulo IV -

# DAS ATRIBUIÇÕES DOS MEMBROS DA JARI

## Art. 7°. -

São atribuições ao presidente da JARI:

۱-

convocar, presidir, suspender e encerrar reuniões;

## II -

solicitar as autoridades competentes a remessa de documento e informações sempre que necessário aos exames e deliberação da JARI;

## III -

convocar os suplentes para eventuais substituições dos titulares;

# IV -

resolver questões de ordem, apurar votos e consignar, por escrito, no processo, o resultado do julgamento;

#### V -

comunicar à autoridade de trânsito os julgamentos proferidos nos recursos;

#### VI -

assinar atas de reuniões;

# VIII -

fazer constar nas atas a justificativa das ausências às reuniões.

## Art. 8°. -

São atribuições dos demais membros:

1 -

comparecer às sessões de julgamento e às reuniões convocadas pelo Presidente da JARI;

II -

justificar as eventuais ausências;

#### III -

relatar, por escrito, matéria que lhe for distribuída, fundamentando o voto;

#### IV -

discutir a matéria apresentada pelos demais relatores, justificando o voto quando for vencido;

#### V-

solicitar à presidência a convocação de reuniões extraordinárias da JARI para apreciação de assunto relevante, bem como apresentar sugestões objetivando a boa ordem dos julgamentos e o correto procedimento dos recursos;

## VI -

comunicar ao Presidente da JARI, com antecedência mínima de 15 dias, o inicio de suas férias ou ausência prolongada, a fim de possibilitar a convocação de seu suplente, sem prejuízo do normal funcionamento da JARI;

#### VII -

solicitar informações ou diligencias sobre matéria pendente de julgamento, quando for o caso.

# Capítulo V -DAS REUNIÕES

## Art. 9°. -

As reuniões das JARI serão realizadas no mínimo uma vez por mês, para apreciação da pauta a ser discutida.

## Art. 10 -

As deliberações serão tomadas com a presença dos três membros da JARI, cabendo a cada um, um único voto.

# Parágrafo único. -

Mesmo sem o número para deliberação será registrada a presença dos que comparecerem.

## Art. 11 -

Os resultados dos julgamentos dos recursos serão obtidos por maioria dos votos.

## Art. 12 -

As reuniões obedecerão à seguinte ordem:

#### I - abertura;

#### II -

leitura, discussão e aprovação da ata da reunião anterior;

#### III -

apreciação dos recursos preparados;

## IV -

apresentação de sugestões ou proposições sobre assuntos relacionados com a JARI;

## Art. 13 -

Os recursos apresentados a JARI deverão ser atribuídos equitativamente aos seus três membros, para análise e elaboração de relatório.

#### Art. 14 -

Os recursos serão julgados em ordem cronológica de ingresso na JARI.

#### Art. 15 -

Não será admitida a sustentação oral do recurso do julgamento.

## Capítulo VI -

## **DO SUPORTE AMINISTRATIVO**

#### Art. 16 -

A JARI disporá de um Secretário a quem cabe especialmente:

1 -

secretariar as reuniões da JARI;

# II -

preparar os processos, para distribuição aos membros relatores, pelo Presidente;

#### III -

manter atualizado o arquivo, inclusive as decisões, para coerência dos julgamentos, estatísticas e relatórios;

## IV -

lavrar as atas das reuniões e subscrever os atos e termos do processo;

## **V** -

requisitar e controlar o material permanente e de consumo da JARI providenciando, de forma devida, o que for necessário;

## VI -

verificar o ordenamento dos processos com os documentos oferecidos pelas partes ou aquelas requisitadas pelas JARI, numerando e rubricando as folhas incorporadas ao mesmo;

## VII -

prestar os demais serviços de apoio administrativo aos membros da JARI.

## Capítulo VII -

## **DOS RECURSOS**

Art. 17 - O recurso será interposto perante a autoridade recorrida.

#### Art. 18 -

O recurso não terá efeito suspensivo, salvo nos casos previstos no parágrafo 3° do art. 285 do Código de Trânsito Brasileiro.

#### Art. 19 -

A cada penalidade caberá, isoladamente, um recurso cuja petição deverá conter:

1 -

qualificação do recorrente, endereço completo e, quando possível o telefone;

#### 11 -

dados referentes à penalidade, constantes da notificação ou documento fornecido pelo Núcleo Municipal de Trânsito.

#### III -

características do veículo, extraídas do Certificado Registro e Licenciamento do Veículo - CRVL ou Auto de Infração de Trânsito - AIT, se este entregue no ato da sua lavratura ou remetido pela repartição ao infrator;

#### IV -

exposição dos fatos e fundamentos do pedido;

#### **V** -

documentos que comprovem o alegado ou que possam esclarecer o julgamento do recurso.

## Art. 20 -

A apresentação do recurso dar-se-á junto ao órgão que aplicou a penalidade.

# § 1° -

Para os recursos encaminhados por via postal serão observadas as mesmas formalidades previstas acima.

#### § 2° -

A remessa pelo correio, mediante porte simples, não assegurará ao interessado qualquer direito de conhecimento do recurso.

# **Art. 21 -** O Órgão que receber o recurso deverá:

l -

examinar se os documentos mencionados na petição estão efetivamente juntados, certificando nos casos contrários;

#### II -

verificar se o destinatário da petição é a autoridade recorrida;

#### III -

observar se a petição se refere a uma única penalidade;

## IV -

fornecer ao interessado, protocolo de apresentação do recurso, exceto no caso de remessa postal ou telegráfica, cujo comprovante será o carimbo de repartição do correio;

## ٧ -

autuar o recurso e encaminha-lo a JARI, que deverá julgá-lo em até trinta dias.

#### Art. 22 -

Das decisões da JARI caberá recurso para ao Conselho Estadual de Trânsito - CETRAN no prazo de trinta dias contados da publicação ou da notificação da decisão.

# Capítulo VIII DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

#### Art. 23 -

O Núcleo Municipal de Trânsito deverá dar à JARI todas as informações necessárias ao julgamento dos recursos, permitindo aos seus membros, se for o caso, consultar registros e arquivos relacionados com o seu objetivo.

## Art. 24 -

A qualquer tempo, de oficio ou por representação de interessado, o Núcleo Municipal de Trânsito examinará o funcionamento da JARI e se o órgão está observando a legislação de trânsito vigente, bem como as obrigações deste Regimento.

## Art. 25 -

A função de membro da JARI é considerada de relevante valor para Administração Publica, recebendo, portanto apenas gratificação específica prevista em Decreto do Poder Executivo.

## Art. 26 -

O depósito prévio das multas obedecerá a normas fixadas pela Fazenda Publica, ficando assegurada a sua pronta devolução no caso de provimento do recurso, de preferência mediante crédito em conta bancária indicada pelo recorrente.

## Art. 27 -

A JARI terá apoio administrativo e financeiro junto ao Núcleo Municipal de Trânsito.

# Art. 28 -

A JARI seguirá, quanto ao julgamento das autuações e penalidades, o disposto na Seção II, do Capítulo XVIII, do Código de Trânsito Brasileiro.

# Art. 29 -

Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo Núcleo Municipal de Trânsito.

Este texto não substitui o publicado no Diário Oficial em

Original, EM, 10 DE MARÇO DE 2008

# **EVANDRO ANTONIO BAZZO**

# **PREFEITO MUNICIPAL**